

---

**Clipping n º 1183**

, 04 Julho 2013 - 19:05:00

**Kodak mostra desafios e novas tecnologias para gráficas brasileiras** No dia 17 de julho, a Kodak realizará a Conferência de Soluções Gráficas Kodak, evento no qual os representantes das gráficas líderes do segmento poderão conhecer a Nova Kodak e as novidades que, de acordo com a empresa, pretendem mudar a forma de se produzir nas gráficas. O Hotel Golden Tulip Park Plaza, localizado no bairro Jardim Paulista, em São Paulo, foi o local escolhido para sediar a conferência. Alguns dos produtos serão apresentados são a chapa digital Sonora XP, a Kodak Prinergy Workflow 6, tecnologia de gestão de fluxo de trabalho que amplia o nível de automação, e a Kodak Achieve, novo CtP térmico da empresa com tecnologia TH5 de gravação. Abigraf

**ABTG realiza curso sobre formação de líderes de produção** Identificar as forças de pressão do ambiente de transformação e competitividade das gráficas é uma das metas do curso que a Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica (ABTG) promoverá do dia 23 a 25 de julho, das 18h45 às 21h45, no auditório da entidade localizado no bairro da Mooca, em São Paulo. Durante os três dias de palestra, Cristina Simões, especialista convidada, abordará esses e outros temas que fazem parte do universo gráfico quando o assunto é o papel do líder no gerenciamento da produção. Para fazer sua inscrição acesse [www.abtg.org.br/cursos/cursos-regulares](http://www.abtg.org.br/cursos/cursos-regulares) e selecione o curso em questão. Mais informações também estão disponíveis no número (11) 2797-6728 ou através do e-mail [curso@abtg.org.br](mailto:curso@abtg.org.br). Associados da ABTG, ABIGRAF, ABRAFORM, SINGRAFS e ABROTêm desconto no valor da inscrição. Aproveite! RV&A e ABTG

**Câmara acaba com multa do empregador por demissão sem justa causa** A Câmara dos Deputados aprovou no início da noite de quarta-feira (3), por 315 votos a 95 e uma abstenção, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 200/12, do Senado, que acaba com a cobrança de multa rescisória de 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) paga pelo empregador em caso de demissão sem justa causa. O projeto segue agora para sanção da presidente Dilma Rousseff. A contribuição do empregador foi criada em 2001 para pagar parte das despesas do governo com o ressarcimento aos trabalhadores pelas perdas do FGTS provocadas pelos Planos Verão e Collor 1, em 1989 e 1990. Ao todo, calcula-se que o ressarcimento tenha custado R\$ 55 bilhões. A maior parte, relativa aos trabalhadores que fizeram acordo com a Caixa Econômica Federal, terminou de ser paga em janeiro de 2007. DIAP

**CCJ do Senado envia ao plenário PEC para fim do voto secreto em cassações** Brasília - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou hoje (3) a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com o voto secreto no Congresso para cassação de mandato parlamentar e as votações de vetos presidenciais e de indicações de autoridades. A expectativa é que a matéria siga em regime de urgência para o plenário da Casa. O relator, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), quer que os líderes partidários façam um acordo para quebra de interstícios no plenário, de modo que os dois turnos exigidos para votação de PEC possam ocorrer em uma única sessão. A abertura dos votos dos parlamentares, especialmente em casos de cassação de mandatos de seus pares, é uma das demandas que têm aparecido com ênfase nas últimas manifestações de rua que ocorrem há cerca de duas semanas em todo o país. Para Sérgio Souza, a aprovação

da PEC irá contribuir para a vigilância cidadã pela sociedade sobre a atividade do Congresso, dos deputados federais e senadores". As votações para as mesas diretoras da Câmara e do Senado, no entanto, ficaram de fora da proposta aprovada na CCJ. Como o voto secreto para esses casos está previsto nos regimentos internos das duas Casas, não é possível incluir a mudança na PEC. Será necessário aprovar posteriormente um projeto de resolução para que os votos dos parlamentares para escolha dos presidentes da Câmara e do Senado sejam abertos e de conhecimento público. No Senado existe um projeto de resolução do senador Pedro Taques (PDT-MT) para que a escolha do presidente da Casa escolha em voto aberto. A matéria aguarda parecer do relator para ser votada também na CCJ. Agência Brasil

### **APOSENTADOS: Ministério da Saúde constituirá grupo para debater ampliação da cesta de remédios para os idosos**

Da Redação (Brasília) - As questões relacionadas à saúde incluídas na pauta de reivindicações encaminhada ao governo federal por sindicatos e entidades ligadas a aposentados e pensionistas serão debatidas no âmbito do Ministério da Saúde. Em reunião realizada na manhã desta quarta-feira (3) com as presenças dos ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República) e Garibaldi Alves Filho (Previdência Social) ficou acertado que no próximo dia 13 de agosto será realizado um encontro para definir a forma de funcionamento desse fórum, que será permanente e deverá ser chamado de Grupo de Atenção à Saúde do Idoso.

Um dos temas que serão aprofundados no Ministério da Saúde é a inclusão de itens no programa Farmácia Popular. Dos quase 70 remédios sugeridos pelas entidades representativas da população idosa, apenas dois contêm princípios ativos que não constam na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename): rosuvastatina cálcica e pantoprazol. Mesmo assim, muitos pacientes deixam de adquirir sua medicação com preço subsidiado porque o médico anota no receituário o nome comercial e não o título genérico ou o princípio ativo daquele fármaco.

Sobre esse assunto, o diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, José Miguel do Nascimento Júnior, explicou que todo paciente atendido por médico do Sistema Único de Saúde (SUS) tem o direito de receber sua receita com a discriminação do princípio ativo do medicamento, e não em código ou com o nome comercial. Como a maioria dos cidadãos desconhece, termina não exigindo o cumprimento dessa determinação.

A reunião comprovou que precisamos fazer uma campanha de divulgação para esclarecer direitos e também mostrar o que já está disponível para os idosos. É muito mais do que eles, inclusive, imaginavam. Vamos fazer essa divulgação até para que haja, na ponta, uma cobrança às farmácias e aos médicos para que o paciente tenha, de fato, acesso à medicação que está disponível, afirmou Gilberto Carvalho.

No dia 13 de agosto após a reunião no Ministério da Saúde os representantes dos aposentados e pensionistas voltam a debater sua pauta de reivindicações no Ministério da Previdência Social. Um dos assuntos já definidos é a discussão a respeito de ampliar a Coordenação Geral dos Direitos do Idoso, ligada à Secretaria de Direitos Humanos, para que o órgão possa ampliar o seu papel e se transformar em um canal direto para atender às reivindicações e necessidades dos idosos. A ministra Maria do Rosário deverá participar do encontro.

Até a data da próxima reunião, outros assuntos deverão ser incorporados à pauta. A intenção do Ministério da Previdência Social é manter um diálogo permanente com os idosos aposentados e pensionistas. O governo vai trabalhar para ir ao encontro do que mais os idosos necessitam, declarou o ministro Garibaldi Alves Filho.

Participaram da reunião representantes do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (SINDAPB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos (SINTAPI/CUT), Sindicato do Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores (SINDIAPI/UGT), Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI) e Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (COBAP), entre outros (Roberto Homem). MPAS

**Jorge Caetano Fermino**